



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12098 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**POLÍTICAS DE REGULAÇÃO POR RESULTADOS: delimitação do campo do conhecimento científico (2010-2020)**

Marco André Serighelli - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Marcio Giusti Trevisol - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**POLÍTICAS DE REGULAÇÃO POR RESULTADOS: delimitação do campo do conhecimento científico (2010-2020)**

O campo da educação no Brasil vem, ao logo das quatro últimas décadas – por conta da reestruturação do papel do Estado –, sofrendo mudanças significativas. Dentre elas, está a presença de mecanismos de regulação educacional, que por meio da padronização do ensino e da responsabilização dos agentes públicos pelos resultados, almejam a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Conforme alertam Segatto e Abrucio (2017), é possível perceber que nos últimos anos mais governos passaram a utilizar a regulação para um melhor atingimento desses resultados, assim como para evocar a participação social com vistas a uma governança mais colaborativa.

Atentos a esse fenômeno, o presente trabalho objetivou analisar como produções científicas brasileiras da área da educação, publicadas na última década, têm situado o debate acerca da *Políticas de regulação por resultados* em educação, na especificidade da educação básica. Para tanto, efetuamos levantamento de produções, guiando-nos pela ideia de Estado do Conhecimento, compreendendo “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.” (MOROSINI E FERNANDES, 2014, p. 155).

Neste trabalho, optamos pela focalização de publicações na forma de artigos

constantes da base SciELO, cujo levantamento foi operado por meio do descritor *Políticas de regulação por resultados*, incidente no título e resumo dos trabalhos, tendo sido delimitadas produções no idioma português, de âmbito nacional, vinculadas à área da Educação e datadas entre 2010 e 2020. Também optamos por incluir teses de doutorado, disponibilizadas na base IBICT, com idêntica delimitação.

Ao todo, foram identificadas 13 publicações, sete delas na base SciELO e as demais na base IBICT. Situando-as temporalmente, constatamos que os trabalhos estão datados de 2010 a 2019. Na sequência, são explorados os conteúdos das publicações selecionadas, com vistas a situar o debate sobre o tema, corrente no país.

A maioria dos textos traz, como contextos de suas discussões, o período das reformas educacionais dos anos de 1990, período assinalado por uma reestruturação do papel do Estado, bem como uma reorganização das políticas educacionais.

Nesses estudos, compreendemos que o Estado na maioria das vezes está ausente no tocante a responsabilidade pela educação, cumprindo o papel no projeto neoliberal, que aposta numa regulação apoiada no mercado, em dispêndios da comunidade, encontrando na organização do professorado um referencial importante de contra-hegemonia (COSTA, 2010; HYPOLITO, 2010; SCHNEIDER, NARDI E DURLI, 2012). Consoante, Oliveira (2019, p.08), identificou a necessidade em defender a qualificação da escola pública, a qual “[...] depende do envolvimento ativo da comunidade escolar em processos de avaliação institucional participativa (AIP), caracterizados pelos princípios da qualidade social, negociação e responsabilização compartilhada”.

Quanto ao olhar para a realidade conjuntural da sociedade, Augusto (2010) identifica que as políticas de regulação educacional atendem à uma perspectiva linear e hierárquica, onde os processos decisórios acontecem sem a participação dos envolvidos, evidenciando o modelo gerencialista de gestão. Os estudos também arremetem análises na perspectiva do contexto das políticas educacionais de regulação, e em algumas situações apontam para uma análise mais profunda e crítica, ao considerarem que tais políticas respondem a um projeto neoliberal e conservador. Tripodi e Souza (2016, p. 303) por exemplo, referindo-se à criação de um currículo básico comum para o estado de Minas Gerais, destacam que, “[...] importantes passos foram dados na reconstrução do aparelho estatal em bases gerenciais. Um deles diz respeito à criação do Currículo Básico Comum – CBC”.

Ainda de acordo com as autoras, o resultante destas políticas no alcance ou não das metas, está na premiação ou punição do servidor público, o que significa o benefício em premiações e bônus, ou em punições chegando em alguns casos a demissão.

Mediante o contexto das reformas, e o movimento descentralização e centralização, alguns trabalhos mostraram preocupação com o distanciamento do Estado – responsável pela elaboração das políticas educacionais – em relação a realidade concreta das escolas. Esta situação, evidencia-se na tese de Costa (2010), quando aponta que o contexto local deveria ser

consultado quanto à produção de políticas educacionais.

No conjunto dos trabalhos selecionados, identificamos que os arranjos mobilizados pelos governos, em favor de sistemas de regulação, não se viabilizam pelo fato de esses governos terem assumido compromissos locais em benefício de uma melhor qualidade da educação básica. Os trabalhos dão indicativos de que os mecanismos de regulação por resultados – avaliação e responsabilização –, não podem estar atrelados apenas a indicadores de desempenho, sendo necessário considerar as condições concretas para melhorar os processos educativos.

Temas como o proposto nesta investigação – contexto das políticas de regulação inscritas no quadro de transformações no capitalismo, gestão da educação na perspectiva democrática construída ao longo das últimas décadas no Brasil, ascensão de políticas que valorizam o produtivismo e instauram mecanismos e formas de regulação por resultados – constituem peças que, embora sejam contempladas nos estudos, é diminuto o conjunto de trabalhos que as problematizam inter-relacionadamente.

Nesse sentido, reforçamos a importância da construção do estado do conhecimento em produções científicas, pois permite o pesquisador conhecer e refletir sobre as publicações vinculadas a temática no campo científico. O mapeamento auxilia também na identificação a análise de possíveis abordagens e caminhos, não apenas do quadro teórico, mas também de aspectos metodológicos que contribuem para a investigação.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Regulação Educação por Resultados. Estado do Conhecimento.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Goncalves. *A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2010

COSTA Daianny Madalena. *Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina*. Tese (Doutorado em Educação). UNISINOS. São Leopoldo/RS. 2010

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educ. Soc.** vol.31 no.113 Campinas Oct./Dec. 2010

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.154 - 164, jul.-dez. 2014.

OLIVEIRA, Sara Badra de. *O papel da confiança interpessoal e institucional nos processos participativos de avaliação da qualidade da escola pública*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz; DURLI Zenilde. O PDE e as metas do PAR para a formação de professores da educação básica. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** vol.20 no.75 Rio de Janeiro Apr./June 2012

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 1, p, 85-106, jan./mar. 2017.

TRIPODI, Zara Figueiredo; SOUSA Sandra Zákia. A governança em rede na regulação da educação básica mineira: quem governa o quê? **Educ. rev.** vol.32 no.4 Belo Horizonte Oct./Dec. 2016.